

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO N.º CPU/03/DGE/2025**

**(PREDEP 22079/2025/DGE-DGOP - PROC 2928/2025)**

**PROGRAMA DE CONCURSO**

**Aquisição de serviços de higiene e limpeza e de serviços de um piquete de limpeza permanente para a Direção-Geral da Educação**

**(Classificação CPV:90910000-9 - Serviços de Limpeza)**

**(Classificação CPV:90910000-9/ LA09-7 - Serviços de Limpeza/Desinfecção)**

**Cláusula 1.ª**

**Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Estado, através da Direção-Geral da Educação, pessoa coletiva n.º 600084809, com sede em Lisboa, na Avenida 24 de Julho, n.º 140, abreviadamente designada por DGE e devidamente representada por David Carlos da Rocha Sousa, na qualidade de Diretor-Geral da Educação, designado para o efeito, através do Despacho n.º 5689/2024, de Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, de 02 de maio de 2024, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 99, de 22 de maio de 2024.

**Cláusula 2.ª**

**Órgão que tomou a decisão de contratar e para a autorização de despesa**

A decisão de contratar foi tomada pelo Diretor-Geral da Educação, David Carlos da Rocha Sousa, no âmbito das competências próprias, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) conjugado com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual.

**Cláusula 3.ª**

**Plataforma eletrónica**

O presente concurso, que reveste a forma de concurso público, corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt> doravante designada plataforma.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, para a plataforma, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. A prestação dos esclarecimentos é feita por escrito, na plataforma, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. As peças que constituem o presente procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Modo e prazo de apresentação das propostas**

1. A proposta, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados na plataforma identificada na Cláusula 3.<sup>a</sup> do presente programa de concurso, até às 23h59m do 6.º dia, a contar da publicação do anúncio do presente procedimento no Diário da República.
2. O prazo para apresentação das propostas é contado em dias corridos, nos termos do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), de 29 de janeiro na sua atual redação, doravante designado CCP.
3. A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Idioma dos documentos da proposta**

A proposta, bem como os documentos que as integram, devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Documentos integrantes da proposta**

1. A proposta deve conter a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do presente programa de concurso.
2. A proposta, para além do documento exigido no número anterior, deve ainda vir instruída com os seguintes elementos:

- a) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço apresentado acresce IVA, indicando a taxa aplicável, se for o caso;
  - b) Documentos que, em função do objeto do(s) contrato(s) a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
  - c) Quaisquer outros documentos que se considerem indispensáveis à apresentação da(s) proposta(s), nomeadamente, na parte relativa aos respetivos atributos;
  - d) Certidão de registo comercial atualizada, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, e, se for o caso, documento comprovativo do poder de representação.
3. A proposta e todos os documentos que a integram, devem ser individualmente assinados eletronicamente, utilizando para o efeito, assinatura eletrónica qualificada, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, na sua atual redação.
4. No caso de o concorrente ser um agrupamento, a proposta deve ainda ser acompanhada dos seguintes documentos:
- a) Indicação da morada e contatos para efeitos de notificações;
  - b) Declaração de cada entidade membro do agrupamento da sua intenção de consorciar, no caso de adjudicação;
  - c) Cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP, na sua atual redação.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é fixado em sessenta (66) dias úteis, sendo os mesmos, contados a partir da data do termo fixado para a apresentação das mesmas.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Propostas variantes**

Não é permitida a apresentação de propostas variantes.



#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Critério de adjudicação e modelo de avaliação**

1. A adjudicação é feita de acordo com o **critério da proposta economicamente mais vantajosa**, determinada através da modalidade monofator, densificada pelo fator preço, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Nos termos do número anterior, será adjudicada a proposta que apresentar o preço mais baixo.
3. Não há lugar à adjudicação quando se verifique qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
4. O critério de desempate adotado será o método de sorteio em data e hora a definir pela entidade adjudicante. Serão convidados a assistir ao sorteio todos os concorrentes, a realizar por videoconferência na Plataforma *Zoom*. O ato será praticado independentemente do número de concorrentes presentes. O sorteio será realizado pelos elementos que constituem o júri.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Audiência prévia**

De acordo com o artigo 147.º do CCP elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, concedendo o prazo de cinco dias úteis para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação:
  - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do presente Programa de Concurso;
  - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP. Para efeitos de prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas a), b) e h) do referido artigo 55.º, é aceite a apresentação de certificado de registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente emitido por autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontrem satisfeitos;



2. Com a apresentação dos documentos de habilitação o adjudicatário deve entregar o comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 87.º-A do CCP.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
4. Quando, pela sua natureza, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no n.º 1 na plataforma, ou, no caso de esta se encontrar indisponível, através do seguinte endereço eletrónico [compras.públicas@dge.mec.pt](mailto:compras.públicas@dge.mec.pt).
6. Quando os documentos mencionados na alínea b) do n.º 1 da presente cláusula se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da sua apresentação ou reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
7. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa aos documentos referidos nas alíneas b) do n.º 1 da presente cláusula, é dispensada a sua apresentação ou a indicação prevista no número anterior.
8. No caso de não emissão dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 da presente cláusula podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
9. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas coletivas, os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula **devem ser apresentados por todos os seus membros.**
10. A entidade adjudicante concede ao adjudicatário um prazo de 5 dias úteis para suprimir as irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 86.º e no n.º 2 do artigo 85.º, ambos do CCP.

### Cláusula 13.ª

#### Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida prestação de caução ao adjudicatário.



#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

1. Em caso de adjudicação a agrupamento de entidades, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, ao abrigo da legislação em vigor.
2. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá a função de chefe de consórcio, devendo-lhe ser conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a) a f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e delas dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Fundamentação da escolha do procedimento**

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Redução do contrato a escrito**

O contrato será reduzido a escrito e celebrado de acordo com o disposto nos artigos 94.º e 96.º do CCP.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Despesas e encargos**

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, nomeadamente, o pagamento do imposto de selo, são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que o presente Programa for omissa observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.





Anexo I - Modelo Anexo I Art.º 57, n.º 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos

Anexo II - Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA  
E INOVAÇÃO

## ANEXO I

### Modelo de declaração

*[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de



que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II

### Modelo de declaração

*[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



